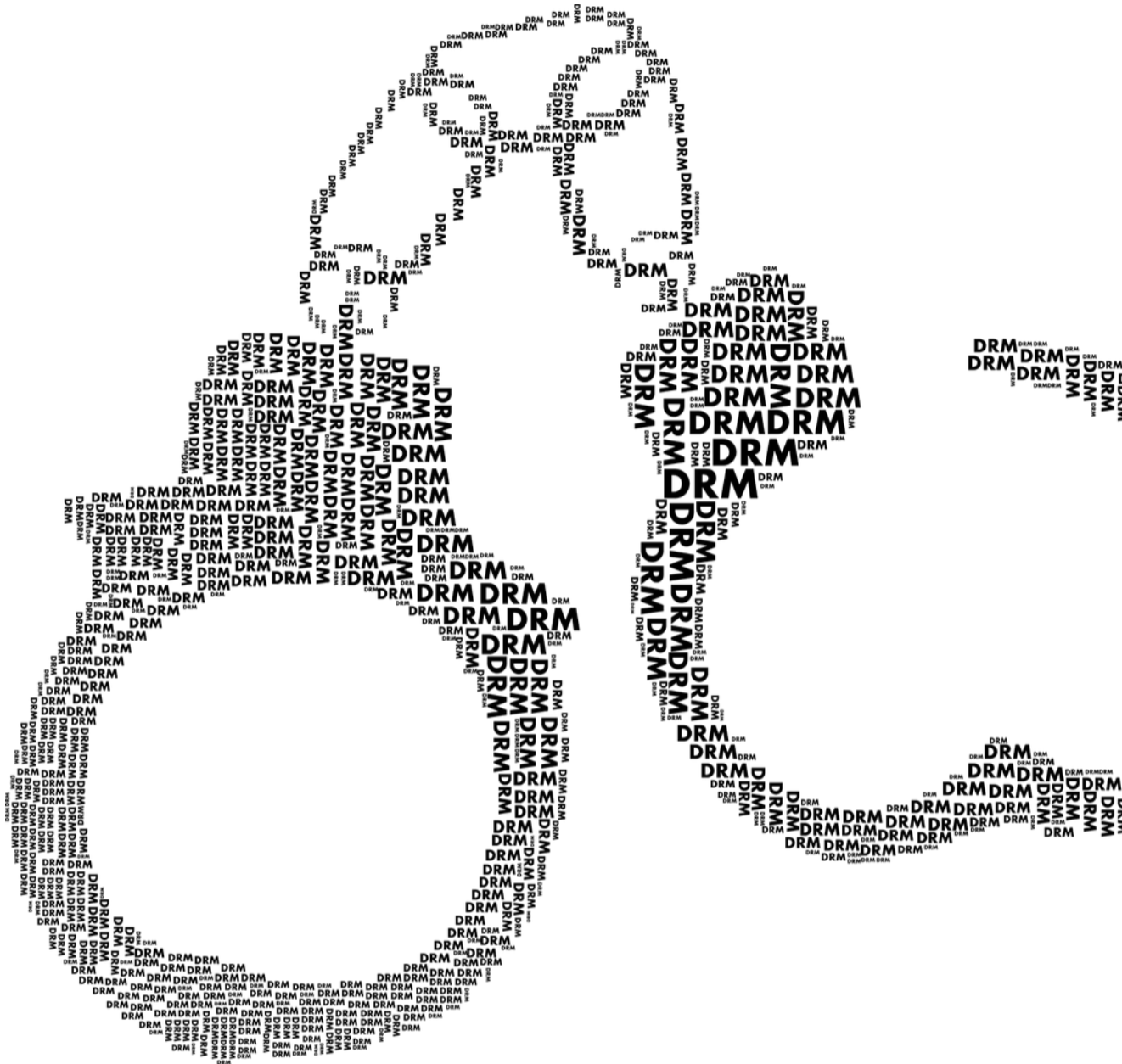


Direito & Tecnologia

Desinformação em horário nobre

Imagem de Gordon Johnson por Pixabay



O que se passou nos últimos dias com a cobertura jornalística sobre o alegado plano de um estudante para levar a cabo um atentado na Faculdade de Ciências na Universidade de Lisboa foi algo nada menos que extraordinário.

Começou com o comunicado da Polícia Judiciária à imprensa sobre uma “ação terrorista” que havia sido parada graças à sua pronta intervenção. As notícias depressa davam conta dos primeiros detalhes: suspeito apanhado em flagrante delito, com armas brancas em casa e um plano detalhado do atentado que iria realizar. Ter-se-ia radicalizado na dark web, mas graças à atividade de vigilância preventiva do FBI, tinha sido descoberto. Seria também viciado em jogos e em anime (desenhos animados japoneses).

Depressa se seguiu um sem fim de cobertura noticiosa sobre o tema, acompanhado com outro sem fim de comentadores. Foram explorados todos os ângulos possíveis e imaginários. Falou-se da influência dos videojogos e do anime (há umas décadas o debate era semelhante, mas sobre a TV). Falou-se dos “terríveis perigos” da Internet, como a dark web, a encriptação, as VPNs. Deu-se graças ao FBI e às suas atividades de vigilância massiva sobre as comunicações de todos os utilizadores da Internet, que teriam evitado uma desgraça. Especialistas em segurança e comentadores apressaram-se a salientar o perigo em que a Europa vivia por não poder fazer o mesmo aos seus cidadãos, nomeadamente por as nossas secretas não terem acesso a todas as informações

sobre as telecomunicações de cada um de nós, e outras ideias ultra-securitárias da mesma índole. Jornalistas entraram na dark web e relataram a temível experiência. Escreveu-se sobre os perigos que a encriptação representa, por permitir comunicações privadas entre pessoas, e os perigos das VPNs, por permitirem o anonimato na Internet. Quando a poeira começou a assentar, começam a surgir informações algo diferentes. Afinal, não havia flagrante delito nem o plano detalhado tinha grandes detalhes. Afinal, não havia ligação à dark web, o suspeito não usou comunicações encriptadas, não escondeu o IP atrás de VPNs, não foi apanhado graças aos metadados das comunicações, nem graças às atividades de vigilância do FBI. Afinal, utilizou apenas o software Discord, onde terá contado o seu plano a alguém, que o denunciou ao FBI. Ou seja, muito pouco do que havia sido relatado correspondia à verdade. Até a imputação de um crime de terrorismo parece ser, no mínimo, dúbia. Para piorar, dizem-nos agora que as melhores práticas ditam que teria sido melhor a polícia ter evitado, tanto quanto possível, a mediatização deste caso, até como forma de evitar que outros se inspirem a copiem a ideia, como acontece lá fora. Para isso precisávamos era de uma polícia com menos fome da luz da ribalta.

Quando as coisas pareciam estar a começar acalmar, eis que jornalistas se lembram de ir “descobrir” o Discord, esse software “obscuro” utilizado pelo suspeito. Não, não é

preciso proibir o seu filho de usar o Discord. O Discord é uma plataforma com mais de 150 milhões de utilizadores ativos, a maior parte jovens. No ano passado, esteve quase a ser comprado pela Microsoft por 10 mil milhões de dólares, e desde essa altura estima-se que tenha valorizado ainda mais. Foi apresentado como algo obscuro apenas porque assim chama-se mais a atenção. Para quem está familiarizado com este tipo de tecnologia, é fácil ver o ridículo de tudo isto e até fazer troça de alguma cobertura jornalística realizada. O Discord, bem vistas as coisas, não é assim tão diferente do Facebook. Mas a verdade é que a maior parte das pessoas não conhece – nem precisa de conhecer – o Discord, e seria expectável que pudesse confiar nos meios de comunicação social para tomar conhecimento dos factos, informar-se e tomar decisões. Pena é ter de o fazer quando o que está a consumir é desinformação e alarmismo em horário nobre.

A transformação da Informação num espetáculo mediático é um perigo para a democracia. A Informação passou a ser entretenimento, e isso criou um bicho que precisa de estar permanentemente a ser alimentado. Não há factos? Inventa-se e especula-se. Chega-se ao ponto de entrevistar um avô de um colega do suspeito e conterrâneos aleatórios. Vale tudo, o show não pode é parar. E quanto maior alarme social provocar, maiores são as audiências e maiores são as receitas.

Depois, quando se descobre que afinal a história não é assim tão interessante, ou não é bem como a estavam a contar, depressa se arruma o assunto e se passa para o próximo grande tema. Depois de horas e horas e horas seguidas a passar desinformação, quando finalmente surge a Informação, esta já não é tão entusiasmante, não vende tão bem, e pouco espaço lhe concedem. É desta forma que nos demonstram que o jornalismo é uma atividade de interesse público e essencial à nossa sociedade? Vamos ter um pedido de desculpas por toda a desinformação propagada? A desinformação não é apenas uma questão de falta de qualidade da informação, ela tem consequências para a sociedade. Por falar nisso, ainda bem que ainda não existem os selos de qualidade, recentemente aprovados, emitidos pelo Estado para atestar a qualidade dos órgãos de comunicação social, se não estaríamos agora perante um difícil problema sobre o que fazer com eles.

À boleia deste fenómeno – afinal há muitas horas de emissão e páginas de jornal a serem preenchidas – surge uma agenda securitária que tenta aproveitar estes ventos favoráveis para justificar todas as privações à liberdade dos cidadãos em nome da segurança. Seja vigiar as comunicações de todos os cidadãos, seja colocar uma câmara de vigilância em cada esquina – e já agora dentro de cada casa. O problema das políticas securitárias é que já as conhecemos bem dos EUA. Sabemos como securitizaram escolas, universidades e toda a sociedade... e sabemos bem quais os resultados. Atrevo-me a adaptar o slogan da Iniciativa Liberal: as políticas securitárias não resultam e não fazem falta. É fácil arranjar soluções rápidas que despejam dinheiro em cima do problema, mas que apenas fazem parecer que se fez alguma coisa. Difícil – muito difícil – é dar uma resposta aos problemas sociais por trás da maior parte da criminalidade. Mas a segunda é a única forma eficaz de combater o crime. Não sabemos se será esse o caso, aqui. Mas as questões relacionadas com saúde mental e integração de jovens universitários menos sociais têm definitivamente de ser estudadas, sob pena de, caso não estejamos perante um fenómeno isolado, da próxima vez as autoridades possam já não chegar a tempo.

Não sei se este jovem será uma pessoa doente. Mas sem dúvida que, pela forma com que lidámos com este assunto, a nossa sociedade está bastante doente.

Eduardo Leonardo dos Santos
Presidente da Associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais
www.direitosdigitais.pt
Advogado